

**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES  
MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA - CBH PN3**

Ata da 12ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba - CBHPN3, aos 29 do mês de junho de 2021, às 08h30min, por meio de vídeo conferência via plataforma Jitsi Meet, no link: <https://meet.jit.si/CBHPN3>, com a instalação do quórum exigido no Regimento Interno do CBH PN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Robson Rodrigues dos Santos - IGAM; Cristiano Correa Lemos - PMMG; Cristiana Batista Costa - IEF Inst. Estadual de Floresta; Muriel Vilarinho - Pref. Munic. Ituiutaba; Elaine Aparecida Santos Oliveira-Prefeitura Municipal de Araporã; Sandro Domingues Parreira - Prefeitura Municipal Monte Alegre de Minas; Maria Clara Machado Alessi Ferreira - Pref. Mun. de Uberlândia; Maurício Garvil – ACII; Aristoclides Cançado Costa - S.A. Usina Coruripe; Maria Eduarda Rodrigues da C. Gonçalves - FIEMG; Dênio Drummond Procópio - CEMIG; Clarimério Mamede Ferreira - COPASA; Anamaria Moya Rodrigues - Hidrosal; Sergio Gustavo Resende Leal - FONASC-CBH; Polyanna Custódio Duarte - ANGÁ; Eurípedes Luciano da Silva Júnior - ANGÁ; Roberto Parente Correia - ARPA/SV; Gustavo Malacco - Neoambiente; Marisa Malfer de Moraes - OAB-MG/44ª Subseção; Antônio Giacomini Ribeiro - ABES; Maria Martins Pedrosa - AMVAP; Bruno - IGAM, Michael - IGAM; Vagner - IGAM. **Abertura:** O presidente Antônio Giacomini Ribeiro iniciou a reunião reforçando a importância da mesma uma vez que trata de deliberações relativas à implantação da cobrança e por isso espera que as discussões sejam concluídas. Informou os itens da pauta sendo as deliberações, aprovação da ata da 11ª reunião, formação da comissão para acompanhar o processo eleitoral de 2022. Pediu uma inversão na sequência dos itens da pauta para agilizar o andamento das discussões e todos concordaram. Na apresentação do item nº2, aprovação da ata da 11ª Reunião Extraordinária do CBH-PN3, realizada na data de 11 de maio de 2021 foi colocada em regime de votação e aprovada por unanimidade. No item nº3, palavra dos Conselheiros também não houve manifestação de participação. No item nº4 da pauta, Antônio Giacomini lembrou que dia 30/06 termina o prazo para encaminhamento ao IGAM da Comissão Eleitoral para acompanhamento do Processo Eleitoral 2022/2026 e deu seguimento à formação da mesma fazendo a leitura e exposição do artigo que trata das competências pertinentes à comissão. Explicou que não se trata de eleição para indicar presidente ou diretoria e sim as entidades que irão compor o comitê no período de 2022 a 2026 sendo elas representantes de cada categoria: poder público estadual, municipal, sociedade civil e dos usuários. Sobre o processo, Robson-IGAM fez um apelo pedindo a participação de todos no sentido de não ficarem apreensivos em relação ao processo e esclareceu que a instalação da comissão precisa ocorrer antes da publicação do edital para fins de monitoramento, fiscalização e acompanhamento de todo o processo eleitoral, desde a inscrição das entidades até a eleição das mesmas junto ao comitê. Assegurou que é um processo tranquilo e rápido. Será acompanhado em todos os detalhes pelo órgão IGAM dando suporte necessário ao comitê por meio das regras contidas no edital. Os representantes nomeados foram: Eurípedes-ANGÁ (sociedade civil), Elaine-Araporã (poder público municipal), Cristiana-IEF (poder público estadual), Aristoclides Cansado-S.A. Usina Coruripe (usuários). A seguir foi realizada a leitura formal da deliberação bem como de todos os itens referentes a formação da comissão. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade e será encaminhada ao IGAM em cumprimento a determinação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos/MG. No item nº5 foi apresentada a minuta da Deliberação nº 46, que estabelece os critérios e normas e define os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na área de atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba (CBH-PN3) - Coordenação CTRIE. Sergio-CETRIE relatou que o IGAM fez dois pareceres distintos com sugestões de alterações. Um pertinente a metodologia de cobrança que será apresentado por Vagner e outro

49 sobre o escalonamento, que aborda a eficiência do gasto da agência. Sergio fez uma breve  
50 contextualização das etapas relativas à deliberação do processo de implantação da cobrança.  
51 Lembrou que desde a criação das Câmaras Técnicas (CTRIE, CTPLAN e CTIL) em setembro de  
52 2020, vêm sendo realizadas, dentro de cada uma delas, discussões acerca de tudo que envolve  
53 a implantação da metodologia adequada e como esta atenderá as necessidades da bacia.  
54 Pontuou as demandas do trabalho que foi realizado na busca de adequações justas no uso dos  
55 indicadores e mecanismos de medição como por exemplo na questão dos valores e os  
56 percentuais que serão imputados aos seguimentos diversos. Explicou o funcionamento da tabela  
57 de indicadores/valores de água e a importância da declaração de consumo por parte do produtor  
58 rural que por sua vez precisa adquirir um mecanismo de medição, hidrômetro ou outra forma  
59 de medição confiável. A seguir abriu o momento para exposição de dúvidas já contemplando o  
60 item nº3- palavra dos conselheiros onde não houve manifestação de participação. Na sequência,  
61 Wagner-IGAM esclareceu as questões relativas às sugestões de alterações feitas pelo IGAM.  
62 Tranquilizou a todos sobre as adequações a serem realizadas pois a metodologia está de acordo  
63 com as diretrizes gerais previstas pelo CERH/MG. Usando a imagem da minuta, falou sobre a  
64 diferenciação e a capacidade contributiva de cada município a partir do conceito de isonomia e  
65 como isso funciona sem que haja desigualdade. Explicou a aplicação de percentual diferenciada  
66 em relação ao cumprimento das normas por parte dos municípios como uma forma de estímulo,  
67 onde quanto mais correto mais beneficiado será. Justificou a aplicação de índices diferenciados  
68 também no seguimento de irrigação onde o princípio da isonomia também favorece o pequeno  
69 irrigante que não tem acesso a grandes financiamentos e tecnologias, e no setor de saneamento  
70 e esgotamento sanitário explicou de que forma a metodologia abrange e orienta os indicadores  
71 aplicados. Finalizou sua exposição se comprometendo a fazer uma errata justificando a mudança  
72 nas simulações da metodologia (justificando a alteração nas fórmulas aplicadas pelo CERH/MG  
73 dirigidas apenas aos outorgados). Com objetivo de agilizar o processo de votação do tema,  
74 Antonio Giacomini sugere aos representantes do IGAM que já preparem as alternativas para as  
75 sugestões. Sergio comentou que a simulação do cálculo do Vagner sobre a arrecadação da  
76 cobrança apresentou valores entre 7 e 9 milhões para arrecadação, porém, sem a inclusão das  
77 áreas de conflito, o que compromete a expectativa de arrecadação dos 14 milhões citados  
78 anteriormente uma vez que a bacia do Paranaíba possui muitas destas áreas. Achou bem  
79 coerente que o escalonamento ocorra apenas no lançamento e não na capitação. Michael-IGAM  
80 que trabalha na gerência de apoio, falou sobre as normas usadas para nortear ações dos comitês  
81 juntamente com as entidades equiparadas e suas competências fazendo-as de forma integrada  
82 ou individual em conformidade com a previsão legal do Conselho Estadual. Fez uma breve  
83 exposição sobre ações pertinentes às entidades equiparadas no processo de implantação da  
84 metodologia de cobrança descritas na deliberação normativa do Conselho Estadual dos Recursos  
85 Hídricos nº16/2006. Falou sobre o financiamento ou custo do processo para que a mesma  
86 cumpra as exigências legais conforme a Lei Estadual nº 13.199. Informou os estudos e materiais  
87 já criados e utilizados pelo órgão como parâmetros para nortear os trabalhos de gestão das  
88 entidades. Baseado na exposição dos estudos do órgão sobre o custo operacional da  
89 metodologia fez duas propostas que considerou salutar para que o comitê insira na deliberação  
90 normativa do processo: a integração com as demais bacias para viabilizar a atuação da entidade  
91 equiparada que for escolhida, e a supressão do uso de indicador, pois estando vinculado ao  
92 plano Plurianual que define como o recurso será investido na bacia, pode impactar  
93 posteriormente no objetivo estratégico uma vez que ainda há uma entidade equiparada  
94 definida e conseqüentemente não há um planejamento elaborado. Outra sugestão foi a  
95 alteração da proposta de escalonamento pelo exercício de atuação sendo pautada, neste caso,  
96 mais pelo impacto ao usuário. Considerou o artigo nº28 da 13.199 para reforçar o  
97 direcionamento das ações que precisam ser contempladas por um percentual do recurso e

98 lembrou a todos que quem faz a proposta de planejamento dos gastos é a entidade equiparada  
99 baseada nas estimativas de arrecadações. Sergio expos considerações sobre a argumentação de  
100 Vagner no tocante ao uso do indicador, a integração e ao planejamento ponderando a  
101 permanência do comitê na sustentação das propostas como estão colocadas e Antonio  
102 Giacomini complementou a defesa de Sergio informando a Vagner que a Câmara Técnica CTPLAN  
103 já está fazendo uma adequação do PPA visando auxiliar a entidade equiparada que for escolhida.  
104 E defendeu que o comitê não pretende abrir mão de trabalhar de forma estreita junto a entidade  
105 escolhida acompanhando seu desempenho. Gustavo contribuiu falando sobre a questão de  
106 irrigação que carece de ser contemplada com indicadores de investimentos voltados a ela. Sobre  
107 a implantação agência defendeu a liberdade do comitê em administrar de forma independente  
108 da atuação da mesma agregando a isto trabalhos paralelos que até já existem e sugeriu que a  
109 proposta de trabalho integrado a outras bacias seja acolhida no documento como  
110 recomendação por parte do IGAM e não como imposição na deliberação normativa. E concordou  
111 com Antonio Giacomini que o comitê deve respeitar os trabalhos realizados pelas câmaras  
112 (pactos) e futuramente reavaliar as necessidades de mudança. Maurício sugeriu a inserção  
113 valorização de boas práticas no documento e Antonio Giacomini e Robson explicaram que o  
114 assunto pode ser levado para discussão nos trabalhos futuros junto às Câmaras Técnicas, mas  
115 não na deliberação da reunião de hoje. Antonio Giacomini pede a formalização das propostas  
116 de sugestão do IGAM. Para isso a minuta foi colocada em exposição e as alterações na redação  
117 foram sendo realizadas diretamente no texto com a participação conjunta de todos. Neste  
118 momento houve posicionamentos diversos dos participantes em relação a confecção do  
119 documento e a data em que a deliberação entra em vigor. Eurípedes destacou que no próprio  
120 plano já está previsto a elaboração de projetos que venham trabalhar melhorias nas questões  
121 dos recursos hídricos. Em resposta ao questionamento de Maurício sobre prazo de revisão,  
122 Robson esclareceu que qualquer deliberação do comitê pode ser revista e revogada a qualquer  
123 momento pela plenária. O texto da metodologia também recebeu alterações específicas que  
124 foram acompanhadas nos detalhes por meio de leitura dos artigos na íntegra. Sobre a questão  
125 dos serviços ambientais, Eurípedes reforçou que no próprio plano já contempla a questão  
126 quando propõe a elaboração de projetos. Todos concordaram que as alterações necessárias  
127 sobre dados da tabela de indicadores poderão ser corrigidas posteriormente por S. Sobre as  
128 3 propostas, houve discordância por parte de todos os membros do comitê. Defenderam a  
129 aprovação do plano mantendo questões específicas (dos usuários, da integração e do  
130 planejamento/agência) que já foram acordadas anteriormente com os participantes do processo  
131 até mesmo para manter o sentido de todo o trabalho que já foi realizado junto às câmaras e os  
132 membros de todas as categorias. Todos do comitê concordam que uma vez que a cobrança for  
133 aprovada, em tempo oportuno as adequações necessárias serão realizadas. E ao final das  
134 alterações ficou registrado o prazo de até 5 anos para reavaliação do processo. Robson pediu a  
135 Sergio que como membro da CTRIE, elabore um relatório para fins de justificativa do que foi  
136 discutido a mais na reunião como por exemplo a questão do escalonamento, o reajuste  
137 vinculado ao desempenho bem como as demais até mesmo para defesa e justificativa do comitê  
138 junto ao conselho caso seja necessário futuramente e Sergio concordou. No item nº6 seguiu-se  
139 a leitura formal da deliberação por Antonio Giacomini e a votação com chamada individual de  
140 todos os membros presentes com justificativa do voto quando necessário. A votação foi  
141 concluída de modo favorável à aprovação da deliberação nº 46 de 29 de junho de 2021, que  
142 estabelece os critérios e normas e define os mecanismos e valores de cobrança pelo uso da água  
143 - CBH PN3. No item nº7 sobre informes gerais, Eurípedes solicitou a Vagner que se possível, ao  
144 fazer a simulação do cálculo menor do que 25 faça também o cálculo dos demais indicadores  
145 para efeito de projeção e Vagner se comprometeu em fazê-lo Gustavo parabenizou a CTRIE e  
146 lamentou a aprovação do recente decreto do estado de Minas Gerais que fere a participação

147 popular. Considerou como um ato arbitrário e sugeriu que o assunto seja tratado na próxima  
148 plenária. Robson também manifestou satisfação em participar do momento histórico vivido pelo  
149 comitê, parabenizou a todos e considerou positiva a conduta dos trabalhos. No encerramento  
150 Antonio Giacomini agradeceu a presença de todos, a disponibilidade e a forma participativa com  
151 que os representantes do IGAM atuaram.



152

153 Antônio Giacomini Ribeiro

154 Presidente CBHPN3



Elaine Aparecida de Oliveira.

Secretaria Executiva